

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XVII
INTRODUÇÃO	XXI
Capítulo 1 – ADOLESCÊNCIA, MENORIDADE E RESPONSABILIDADE	1
1.1 Concepções acerca da infância e da adolescência	1
1.1.1 Introdução histórica	2
1.1.2 Os aspectos bio-psicossociais e a incompletude dos conceitos	6
1.2 Menoridade, Culpabilidade e Inimputabilidade	13
1.2.1 A culpabilidade e suas culpas	15
1.2.2 O discurso da redução: água mole em pedra dura	20
1.3 Resgate histórico e normativo da menoridade penal	25
1.3.1 Breve resgate histórico da responsabilização em âmbito internacional	26
1.3.2 O ordenamento normativo brasileiro no Século XX	32
1.4 Responsabilidade socioeducativa	40
1.4.1 A medida socioeducativa como (equivocada) sanção	41
1.4.2 Por uma nova e despenalizada visão das medidas	43
Capítulo 2 – O PARADIGMA ECONÔMICO DA MENORIDADE PENAL	49
2.1 As (difíceis) relações entre o direito e a economia	50
2.1.1 Do liberalismo ao pós-neoliberalismo	50
2.1.2 A exclusão como sobra do mercado	54
2.2 Globalização	59
2.2.1 Alguns conceitos e reflexos	59
2.2.2 O controle global e as soluções possíveis	63
2.3. Economia e controle socio-penal	67
2.3.1 As relações entre trabalho e crime	68
2.3.2 Os castigos pela pobreza	72
2.4 Menoridade penal como produto do mercado	76
2.4.1 Consumo e trabalho na infância: ciclo vicioso	77
2.4.2 A criminalização como aviso prévio	86
Capítulo 3 – Os (POSSÍVEIS) ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS DA MENORIDADE	91

3.1 Breves noções criminológicas	92
3.1.1 Algumas origens e escolas	92
3.1.2 A virada da Criminologia Crítica	97
3.2 Criminologia, infância e adolescência	103
3.2.1 As razões para a infracionalização da infância e da adolescência	103
3.2.2 As agências e os processos de infracionalização	108
3.3 Mídia e criminalização da infância	116
3.3.1 A sensação de medo e os seus produtos	116
3.3.2 A violência como forma de expressão	120
3.4 O fogo amigo (ou o plano b)	125
3.4.1 Presos no direito penal juvenil	126
3.4.2 Libertando o Direito da Criança e do Adolescente	128
Capítulo 4 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE	145
4.1 Aspectos críticos da institucionalização	146
4.1.1 As marcas da internação como instituições totais	146
4.1.2 A internação e suas razões	154
4.2 A privação de liberdade dos adolescentes no ordenamento brasileiro	158
4.2.1 Os princípios norteadores da internação	159
4.2.2 A privação da liberdade no Estatuto da Criança e do Adolescente	163
4.3 A institucionalização no Brasil em números	171
4.4 Caminhos de mudança	179
4.4.1 Aproximações com o Minimalismo e o Garantismo	179
4.4.2 Profissionais, Programas, Laudos e Família	185
Capítulo 5 – A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL COMO PARADIGMA DE (RE)CONSTRUÇÃO	193
5.1. Proteção integral como programa político jurídico e social	195
5.1.1 As implicações político jurídicas da Proteção Integral	196
5.1.2 A dimensão social da Proteção Integral	203
5.2 Proteção integral como programa humanista e ético	207
5.2.1 O humanismo infantojuvenil como fundamento da Proteção Integral	207
5.2.2 O compromisso ético de Proteção Integral: cuidado, fraternidade e paz	212
5.3 A doutrina da proteção integral e a menoridade penal	223
5.3.1 Premissas possíveis de aproximação	223

5.3.2 Pontos declarados de conflito e suas necessárias mudanças	225
5.4 A proteção integral como núcleo irredutível de resposta	230
5.4.1 As distâncias entre o discurso e a praxis	230
5.4.2 A Proteção Integral e os desafios como direito fundamental	234
CONCLUSÕES	243
REFERÊNCIAS	249